

NOVA | escola
formações

INSTITUTO
gesto

GUIA

Práticas antirracistas



PREFEITURA
PORTO VELHO

Introdução

Durante mais de 300 anos, a escravidão no Brasil foi uma instituição. Ela teve início em meados de 1530, quando Portugal começou a implantar as bases para a colonização da América portuguesa, atendendo, principalmente, à necessidade de mão de obra na lavoura. Mais tarde, o trabalho forçado acabou sendo usado para as mais variadas atividades.

Inicialmente, o processo de escravização atingiu as populações indígenas, que já ocupavam o território invadido pelos colonizadores. O contato entre os europeus e os povos originários e as conseqüentes violências, guerras e transmissão de doenças provocaram um verdadeiro genocídio dos povos indígenas.

Ao longo dos séculos 16 e 18, a escravização indígena foi substituída pela africana, em um processo de tráfico transatlântico que envolveu diversas nações e sustentou a exploração das riquezas na América. Nesse contexto, o Brasil é um destaque negativo. No continente americano, foi o país que mais importou escravizados vindos da África: mais ou menos 4 milhões entre os séculos 16 e meados do século 19. Ou seja, mais de um terço de todo contingente do tráfico negro do período

Apenas em 1888 a escravidão foi abolida no Brasil, após todos os países das Américas já não praticarem esse sistema. Os novos padrões internacionais que condenavam a escravidão serviram de pressão, porém, foi a resistência e a mobilização dos escravizados, seus descendentes e do movimento abolicionista que garantiram o fim desse regime cruel no Brasil.

Por conseqüência do longo período em que a escravidão sustentou o crescimento e desenvolvimento do país, a abolição não foi suficiente para garantir assistências e reparação aos ex-escravizados. Além disso, logo após a abolição, como política de branqueamento da população brasileira, foram disseminadas teorias pseudocientíficas de que os negros e indígenas eram inferiores aos brancos, deixando marcas profundas na sociedade. A desigualdade social e o racismo podem ser colocadas como as principais delas.

Assim, mesmo com toda a contribuição para a construção do país e toda a luta antirracista, as populações negras e indígenas ainda são marginalizadas e discriminadas até hoje. O racismo tornou-se estrutural, ditando a dinâmica social, atingindo escolas e o processo de ensino e de aprendizagem.

Os saberes indígenas e negros, por exemplo, são apagados, enquanto os conhecimentos europeus são tratados como universais. Os privilégios sociais fazem com que o acesso, a permanência e até mesmo o desempenho dos alunos brancos sejam facilitados, o que acaba minando oportunidades e a autoestima dos alunos negros e indígenas.

Por isso, pensar - e desenvolver - uma Educação Antirracista é uma ação urgente e indispensável para que o Brasil tenha equidade e, de fato, uma educação de qualidade.

Este guia foi elaborado justamente para apresentar reflexões e práticas antirracistas e de valorização das culturas negras e indígenas. O objetivo é que gestores e professores tenham ferramentas para colocar em prática a Educação Antirracista no seu fazer cotidiano. O material foi produzido por integrantes de um Grupo de Trabalho da rede municipal de Educação de Porto Velho, em conjunto com a professora Clarissa Brito e o professor Giovani José da Silva, após formação sobre a temática, dentro de um projeto envolvendo a rede, o Instituto Gesto e a Associação Nova Escola.

Sumário

| Capítulo 1 - O debate étnico-racial na escola plural

Pequeno glossário	7
Por que e para que uma educação antirracista?	11
Estimas negras e indígenas	13
O que um educador antirracista precisa saber?	13
Epistemicídio	14

| Capítulo 2 - 10 premissas para uma Educação Antirracista

1. A escola pública é o lugar da diversidade e onde todos os estudantes devem ter a oportunidade de aprender. A equidade é o horizonte	17
2. A Educação Antirracista precisa ser um compromisso institucional do Estado, com investimento público sério e continuado em políticas de formação de todo profissional da Educação	18
3. A promoção da Educação Antirracista não pode se constituir apenas da responsabilidade individual de cada educador. Deve ser essencialmente um trabalho colaborativo e coletivo	18
4. Retomar os marcos legais é fundamental para sustentar a atuação antirracista nas escolas e remodelar as práticas pedagógicas	19
5. A formação continuada dos professores precisa integrar a reflexão sobre racismo (sua formação histórica, maneiras de manifestação e como afeta a atuação de indivíduos e instituições) e oferecer subsídios para a superação das resistências a esse enfrentamento	19
6. É preciso repensar os currículos para introduzir e valorizar o ensino de conteúdos sobre as histórias e culturas afro-brasileira, indígenas e de países africanos	20
7. A promoção de uma Educação Antirracista requer a participação de todas as pessoas da comunidade escolar	20
8. Para tratar institucionalmente os desafios em relação ao racismo na escola, é essencial que a gestão escolar adote medidas para o acolhimento e o encaminhamento pedagógico em caso de racismo, responsabilizando adequadamente os envolvidos.	20
9. Os esforços para a construção de uma política antirracista precisam repercutir e transformar a prática pedagógica cotidiana em sala de aula	21
10. É fundamental respeitar e promover a autonomia de professores e unidades de ensino.	21

| Capítulo 3 - História indígena e negra de Porto Velho

Povos originários em Rondônia	24
Babel silvícola	25
Imigrantes afro-antilhanos e a formação da cidade	25
Estigma e preconceito	25
Das Antilhas Inglesas ao interior da Amazônia	26
Barbadian Town	26
Quilombo moderno	27
Contribuição da mulher afro-antilhana para a Educação de Porto Velho	28
Populações indígenas e luta por direitos básicos	28

| Capítulo 4 - A Educação sob o recorte de raças e etnias

Garantia de direitos	32
Dados educacionais e recorte racial	32

| Capítulo 5 - Práticas antirracistas na escola

Consciência negra e a autodeclaração	38
Plano de ação	42
Etapa 1 - Sensibilização e responsabilização	42
Etapa 2 - Momento do diagnóstico	42
Etapa 3 - Problematização e operacionalização	44
Etapa 4 - Monitoramento e avaliação	44

| Capítulo 6 - Como se organizar para propor atividades antirracistas em sala de aula

Sequência de atividades	46
Planos de aula	51
Anos Iniciais	52
Anos Finais	52

| Capítulo 7 - Para saber mais



| Capítulo 1

O debate étnico-racial na escola plural

Por que estudar sobre preconceito, racismo e discriminação na Educação é essencial para semear a Educação Antirracista

O debate étnico-racial na sociedade está cada vez mais aprofundado e pulverizado nas diferentes organizações e a Educação, por sua vez, assume papel fundamental na construção de um novo imaginário social.

Para a abertura de caminhos que proporcionem a discussão e o desenvolvimento da consciência étnico-racial nos espaços que lidam com aprendizagem e construção de conhecimento, é preciso dar um mergulho metafórico para “escurecer” informações sobre nossa vida em sociedade.

Ao pensar nas relações entre os sujeitos e suas narrativas, é fundamental compreender a diferença entre alguns termos para assumir um posicionamento coerente na luta antirracista.

Pequeno glossário: discriminação, preconceito e racismo

- **DISCRIMINAÇÃO** está relacionada à atribuição de um tratamento diferenciado, podendo, em alguma situação, se configurar como discriminação positiva de um grupo que busca pertencimento como em um processo seletivo de inclusão racial, no qual apenas pessoas que se declaram negras participam. Porém, pode ser considerada negativa quando, por exemplo, existe a imposição de empecilhos ou recusa do acesso a locais por conta da cor da pele de uma pessoa.
- **PRECONCEITO** é a leitura ou tomada de decisão que se baseia em concepções de estereótipos, como o de que crianças negras têm, naturalmente, desempenho escolar inferior.
- **RACISMO** é a prática que marca e se apoia na desvantagem de um grupo ou narrativa e no privilégio de outro.

Ao pensar nas relações étnico-raciais cotidianas, percebe-se a manifestação das três engrenagens acima expressas nas simples e complexas atividades. A relação de poder existente entre pessoas brancas, negras e indígenas não se declara em regras públicas, mas silenciosamente guia a leitura e a interpretação de mundo de todos nós.

Assim, o racismo se manifesta de forma individual, quando praticado pelas pessoas em suas relações interpessoais diárias; institucionalmente, marcando o funcionamento de instituições como órgãos públicos, empresas privadas e até mesmo as escolas, até chegar em um nível estrutural.

O **racismo estrutural**, por sua vez, se constitui do enraizamento do preconceito e da discriminação racial nas dinâmicas e organizações sociais, privilegiando determinada raça ou etnia em detrimento de outra, de maneira natural, sem provocar estranhamento. Prova disso é que no livro **Racismo estrutural** (editora Jandaíra), o advogado, filósofo e professor universitário brasileiro, atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, pontua que, dessa forma, o racismo é regra - não exceção.

A **cultura antirracista** é fundamental para ruptura urgente da branquitude, um lugar ocupado socialmente por brancos de forma estrutural, que independe do desejo e da concepção de vida do sujeito. E que é, também, um lugar de vantagem dos povos e das narrativas que descendem dos colonizadores, com uma ideia de superioridade. Isso tudo é reproduzido nas diferentes esferas sociais, por isso, falamos que o racismo é estrutural.

Nesse percurso de estudo, é necessário desconstruir as práticas racistas, reconstruindo modos de vida e de relação, reconhecendo as raízes dos desajustes raciais no poder e nas políticas públicas da sociedade. Todos carregam responsabilidade pela transformação. A construção do próprio **lugar de fala** é imprescindível. É importante compreender sua definição de sujeito, a qual grupo étnico e racial, de gênero e de classe se pertence,

qual seu fazer profissional para, então, identificar e estruturar seu lugar social de fala e de agente de mudança no mundo. Afinal, o mundo é problema de todos.

As definições que os campos da sociologia, filosofia e antropologia desenvolveram ao longo do tempo ajudam no processo de localização e posicionamento social. Os conceitos de **representatividade** e **apropriação cultural** também são fundamentais para o debate étnico- racial na Educação.

Os significados e as percepções que são produzidos pelas representações é que dão sentido às experiências e à existência. Percebe-se, assim, que inundar uma criança, por exemplo, de referências positivas sobre si, sua ancestralidade e narrativas é fundamental para construção de elementos de subjetividade e autoestima. Por outro lado, a apropriação cultural diz respeito ao uso esvaziado de elementos de uma cultura que em seus contextos originários significam pertencimento e dignidade.

O conhecimento dos conceitos sociais acima (**representatividade e apropriação cultural**) são fundamentais para identificar e, principalmente, buscar novos caminhos dentro da Educação que, como todos os setores sociais, é altamente impactada pela estrutura racista que a sociedade está submetida, desde o processo de colonização, escravidão e política pública de branqueamento.

Escolas e ambientes de aprendizagem lidam com as ideologias sociais e o racismo científico, crença empírica de inferioridade de povos não brancos, que pautou por décadas o olhar e a relação com o conhecimento (Lewi Morgan – antropólogo evolucionista, etnólogo e escritor estadunidense que viveu entre os anos de 1818 e 1881 –, propôs como principais estágios de evolução cultural humana a selvageria, a barbárie e a civilização). Socialmente, a humanidade passou tempos acreditando e validando que pessoas negras e indígenas tinham capacidade intelectual menor,

assim como negligenciou o fato de o território africano ser o berço da humanidade e se afirmou que o Brasil foi “descoberto” pelos portugueses, quando povos indígenas já ocupavam o território.

Percebe-se hoje que as articulações estratégicas dos movimentos negros, indígenas e indigenistas se expressam em conquistas fundamentais para a quebra de padrões com base no olhar do colonizador. Isso se dá, principalmente, com a inclusão do tema da diversidade étnico-racial na Educação escolar na Constituição brasileira de 1988 e, depois, com a alteração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) pelas leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008, **que tornaram obrigatório o estudo da História das Áfricas, dos africanos e indígenas e da luta dos negros e dos povos originários no Brasil**, resgatando a contribuição desses povos nas áreas social, econômica e política.

Apesar de tantos passos e anos de implementação das duas leis citadas acima, o desenvolvimento da prática antirracista ainda precisa de muita intervenção para, de fato, expressar mudanças sociais e impactar vidas, minimizar as tantas restrições sociais a negros e a indígenas que passam pelo acesso a condições básica de saúde física e mental ao real pertencimento na sociedade. É preciso agir coletivamente contra os desmandos históricos que oprimem a liberdade, a intelectualidade e a majestade da existência desses povos.

O desenvolvimento de uma Educação Antirracista é a união de sabedoria e de beleza na forja de uma resposta à sociedade. Uma Educação baseada na rejeição consciente das manifestações emocionais e epistemológicas do racismo, construindo um fazer pedagógico que tenha como ponto de partida os saberes e a resistência das populações negras e indígenas.

Ao pensar nessa abordagem educacional, são colocados em pauta urgente, nas tomadas de decisões pedagógicas, conhecimentos e tecnologias dos

povos originários e negros, rompendo com o preconceito, a discriminação e o epistemicídio (veja mais adiante). É possível, por exemplo, trabalhar os [valores civilizatórios afro-brasileiros](#) sistematizados por Azoilda Trindade e as cosmovisões das culturas indígenas para fomentar o pensamento crítico e o desenvolvimento de ações mais cidadãs. Ou garantir que a escola também apresente e trabalhe as descobertas e ciências dessas culturas, como quando falamos de [etnomatemática](#), desmistificando a ideia de que o conhecimento e desenvolvimento são conceitos ligados apenas aos povos europeus.

Por que e para que uma Educação Antirracista?

Muitos podem se perguntar sobre a necessidade de reforçar o termo e adjetivar como antirracista a revolução educacional que se coloca urgente.

Para responder à questão, é importante entender que a sociedade em que vivemos foi pautada em uma ideologia racista. É possível afirmar ser uma ideologia, porque fala de práticas sociais que passam pela história, economia, política, cultura, atravessando todas as instituições. E é em razão desse atravessamento que a responsabilidade chega aos educadores.

A escola é uma das instituições sociais de maior influência na vida das pessoas e, como parte da engrenagem social, acaba sendo território de aprofundamento do racismo. É nesse espaço que se dá a construção da subjetividade dos indivíduos e a reprodução do imaginário social. Por isso, a escola também pode ser um local de desconstrução de estereótipos, valorização das culturas e incentivo ao respeito.

“Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista.” A célebre frase da ativista estadunidense Angela Davis cabe como luva! Não basta assumir uma postura de combate às reproduções racistas, é necessário agir na desconstrução, isso é, ser antirracista. É

tomar decisões que propiciem a ruptura de estruturas e marcas do racismo. O primeiro passo da mudança é o reconhecimento do lugar social, entendendo quais são os marcadores sociais, raciais e econômicos que constituem a própria identidade e moldam sua visão de mundo e, assim, ocupar o próprio espaço de ação. Trata-se do tão debatido **lugar de fala**, conceito difundido pela filósofa brasileira Djamila Ribeiro. Essa tomada de consciência é potente para atuação pedagógica.

Porém, vale um ponto de atenção. O lugar de fala não pode e nem deve eximir pessoas da responsabilidade na luta antirracista. A educadora, ativista e escritora Bárbara Carine é enfática ao dizer que todo mundo tem seu lugar de fala. E ela utiliza um exemplo simples para explicar melhor.

“(...) vamos imaginar que fui furtada no ônibus e que, na sequência, a mídia chegou para televisionar o ocorrido. Fui entrevistada e falei do furto pela óptica de quem levou um grande susto, perdeu a carteira e o celular, de quem ouviu os gritos do assaltante. O assaltante, por sua vez, foi entrevistado e falou sobre o ponto de vista de quem precisava daqueles itens por alguma razão: entrou no ônibus e me achou mais vulnerável por eu estar com o celular na mão, distraída; me achou bem posicionada, pois estava sentada próximo da porta de saída. Outras pessoas do ônibus foram entrevistadas e cada uma falou com base no que viu, pois todo mundo presenciou o assalto e tinha uma narrativa a respeito. Perceba que cada pessoa tem um lugar de fala sobre o assalto, mas ninguém vai conseguir falar do lugar do outro. A experiência de ter sido assaltada foi minha, ninguém vai conseguir falar sobre o que vi, vivi e senti, mas as pessoas conseguem falar do incidente segundo suas ópticas e impressões”.

Outra etapa fundamental para mudança e quebra de práticas sociais é a verbalização dos termos “negro”, “indígena”, “branco”, “branquitude”, “racismo”, “racista”. Não há como dissipar aquilo que não está dito ou exposto.

Depois do processo de conscientização do lugar social e do reconhecimento das situações, vem o estágio de reflexões acerca das práticas que podem de fato romper barreiras e desconstruir perspectivas, traçando um campo de ações afirmativas e efetivas.

Estimas negras e indígenas

A Educação Antirracista se dá no grande e complexo pano de fundo da construção das estimas negras e indígenas. Grandes trilhas configuram o trajeto de revolução, ressignificação do olhar sobre a África sobre os povos originários e do conhecimento ancestral, construção da identidade nacional por meio do compromisso e respeito às histórias dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, além da representatividade como elaboração de um novo referencial.

Esse caminho, no entanto, é labiríntico. Cada trilha carrega estigmas racistas da sociedade e marcos civilizatórios que, por sua vez, renovam constantemente suas articulações para perpetuar tal perversidade.

No entanto, a escola tem em mãos as maiores ferramentas para revolução social: **a influência na elaboração da subjetividade e a possibilidade de ressignificação da memória coletiva.**

O que um educador antirracista precisa saber?

O processo de desenvolvimento do educador antirracista é uma construção gradativa, já que há uma lacuna expressiva na formação de professores, fruto da colonialidade presente na história da Educação. Os movimentos negros, indígenas e indigenistas são fundamentais para construção, ampliação e difusão de referências pedagógicas para descolonização curricular e dos conhecimentos que pautam o fazer pedagógico. Ou seja, a apropriação dos conhecimentos de forma contra-hegemônica,

reconhecendo e valorizando a interculturalidade.

O percurso do **educador antirracista** começa no exercício pessoal de reconhecimento de seus preconceitos e na busca por compreensão da desigualdade étnico-racial e das diferentes formas de ampliar sua experiência e implicação na luta antirracista. Daí, paulatinamente, passa-se a explorar e escolher maneiras de se tornar referencial para os alunos, buscando ferramentas para enriquecer a própria aprendizagem, até se tornar capaz de elaborar com responsabilidade e honestidade acadêmica experiências de aprendizagem diversas, pluriétnicas e antirracistas.

Epistemicídio

Nessa jornada de desenvolvimento pessoal e profissional, muitos conceitos são fundamentais para pautar as escolhas curriculares, pois é preciso entendimento dos diferentes mecanismos utilizados para perpetuação das estruturas racistas.

O **epistemicídio**, que é o apagamento de narrativas que não são dos colonizadores europeus, por exemplo, nos ajuda a reconhecer o processo violento de desqualificação das contribuições intelectuais, culturais, sociais e civilizatórias africanas, afro-brasileiras e indígenas, presente nos materiais didáticos.

Tal conceito nos ajuda a entender o desconhecimento do território africano como berço da humanidade, o genocídio dos povos originários, a ausência das lutas negras e indígenas por liberdade e progresso nos livros didáticos, o apagamento de personalidades e marcos históricos africanos, afro-brasileiros e indígenas. A exclusão da memória de determinados povos, principalmente no espaço educacional, é uma potente estratégia de colonização branca. Outro aspecto é a compreensão que nossa sociedade foi forjada em pilares tortos no que diz respeito a relações étnico-raciais. Enquanto povo brasileiro, fomos formados com a crença de que entre os sujeitos sociais (negros,

indígenas e brancos) viviam em harmonia e igualdade de direitos.

No entanto, é explícito pelos dados de pesquisas sociais a desigualdade racial que adoece enquanto coletividade, inviabilizando que pessoas negras e indígenas tenham acessos básicos e, principalmente, dignidade e lugar de afetividade. A privação negra e indígena não é formalizada como política, mas silenciosa, formada em nosso imaginário social. Diferentemente de outras sociedades, como a sul-africana, onde o apartheid (regime de segregação racial) foi colocado legalmente como modo de vida, no Brasil vivemos o processo de negação, que impacta fortemente as relações e instituições sociais: é o mito da democracia racial.

Apesar de não ter utilizado o termo democracia racial, esse conceito surge com a publicação de *Casa Grande e senzala*, de Gilberto Freyre. Na obra, Freyre trata de forma romantizada a miscigenação brasileira, entendendo como pacífico o branqueamento da população, no pós-abolição, por meio das relações entre portugueses e negros, e não como um projeto de extermínio da população negra do país, como previam os eugenistas.

Na prática, a teoria Freyriana contribuiu com a ideia de que o Brasil é um país sem preconceito e discriminação racial. Apenas décadas depois, principalmente com as provocações do sociólogo Florestan Fernandes, que se passou a questionar essa visão, entendendo o Brasil como um país carregado de racismo e desigualdade social, evidenciando, assim, o “mito” da democracia racial brasileira.

Porém, o imaginário popular ainda é povoado pela ideia de que o povo brasileiro foi formado pela mistura dos povos, romantizando e excluindo a violência que envolveu o processo de miscigenação. Nega-se a existência do racismo, assim como nega-se a notória ausência de pessoas negras e indígenas nas instâncias de tomadas de decisões educacionais, não problematizando os corpos que decidem questões curriculares, por exemplo.



| Capítulo 2

10 premissas para uma Educação Antirracista

Pontos inegociáveis para garantir e desenvolver a consciência étnico-racial na escola

- 1. A escola pública é o lugar da diversidade e onde todos os estudantes devem ter a oportunidade de aprender. A equidade é o horizonte.**

Desde 1988, a Constituição brasileira prevê: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [...]”. O desenvolvimento pleno, na escola pública, passa por entendê-la como um espaço em que todos os alunos, sem exceção, tenham a oportunidade de conviver e aprender com as diferenças.

Além disso, na Constituição - nos artigos 210, 231 e 232 - são assegurados direitos ligados às especificidades dos povos indígenas, como a garantia de utilização de línguas maternas e processos próprios de aprendizagem pelas comunidades indígenas.

Na prática, porém, a realidade é diferente. Números do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra) apontam que, entre 2010 a 2019, a média da taxa de distorção idade-série ficou em 16,8% entre os estudantes negros e em 7,6% entre os brancos, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no país. Nos Anos Finais, a taxa média foi de 31,7% entre os alunos negros e 16,6% entre os brancos.

Essa diferença não tem relação com a capacidade cognitiva dos alunos, mas, sim, com os impactos do racismo estrutural, que torna o estudante negro mais vulnerável. É esse grupo, por exemplo, que vive em maior grau a insegurança alimentar. Há ainda os efeitos psicológicos do racismo e até mesmo as expectativas mais baixas que os professores têm em relação aos alunos negros, o que se reflete no processo de ensino e aprendizagem.

Por tudo isso, é importante criar mecanismos e acompanhar suas efetividades com o intuito de garantir a equidade na educação. Nesse sentido, é possível citar a Lei 14.113/2020 que regulamenta o novo Fundeb e prevê, entre as vertentes para complementação da União, o valor-aluno-ano-resultado (VAAR), cujas condicionalidades incluem a redução das desigualdades raciais.

2. A Educação Antirracista precisa ser um compromisso institucional do Estado, com investimento público sério e continuado em políticas de formação de todo profissional da Educação.

Municípios, estados e União têm o dever de promover uma política pública sistêmica para o enfrentamento do racismo na Educação, amparada nos marcos legais, garantindo que não fiquem somente no papel. É necessário institucionalizar:

- o engajamento da gestão pública e de seus principais órgãos (como o Ministério da Educação e as secretarias estaduais e municipais);
- a formação e o acompanhamento de gestores escolares e professores;
- a coleta e o tratamento de dados e evidências com recortes de cor, raça e etnia a fim de constituir uma base segura para o debate público e a tomada de decisões;
- o investimento em ações afirmativas;
- as mudanças curriculares que contemplem as leis 10.639 e 11.645;
- recursos orçamentários suficientes para financiar todas essas medidas.

3. A promoção da Educação Antirracista não pode se constituir apenas da responsabilidade individual de cada educador. Deve ser essencialmente um trabalho colaborativo e coletivo.

Embora seja necessário reconhecer o trabalho valoroso feito de forma individual por educadores comprometidos com a Educação Antirracista, o peso dessa tarefa não pode recair apenas sobre eles. Além disso, o trabalho perde potência e qualidade quando é feito de maneira isolada. É importante construirmos a escola como espaço de formação coletiva, conectada ao seu território e à identidade dos docentes, da comunidade escolar e dos estudantes. Uma escola capaz de buscar soluções coletivas e personalizadas.

4. Retomar os marcos legais é fundamental para sustentar a atuação antirracista nas escolas e remodelar as práticas pedagógicas.

Nos últimos 20 anos, três marcos legais têm contribuído para que a Educação Antirracista esteja presente na escola. São eles: a Lei 10.639 (que torna obrigatório o ensino das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, por meio da transversalização de todos os componentes curriculares), a Lei 11.645 (que estende a obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas indígenas, além de afro-brasileiras) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais (2004). Retomar esses marcos significa discutir e reconstruir as práticas pedagógicas à luz de seus conteúdos.

5. A formação continuada dos professores precisa integrar a reflexão sobre racismo (sua formação histórica, maneiras de manifestação e como afeta a atuação de indivíduos e instituições) e oferecer subsídios para a superação das resistências a esse enfrentamento.

Educar para a equidade étnico-racial significa admitir que o racismo estrutural faz parte de nossa sociedade e de nossas instituições e é parte da construção da personalidade de cada um. Portanto, significa também a busca pela ruptura de uma estrutura cristalizada, sedimentada há mais de 500 anos e que mantém diversos privilégios ativos. É fundamental que a formação continuada de professores esteja atenta a essa realidade para que seja possível superar uma postura ingênua, que aposta apenas na boa vontade para a promoção de uma Educação Antirracista.

Educadores, gestores e escola devem lidar com as resistências e superá-las a fim de promover avanços em suas comunidades escolares.

6. É preciso repensar os currículos para introduzir e valorizar o ensino de conteúdos sobre as histórias e culturas afro-brasileira, indígenas e de países africanos.

A escola precisa abrir as portas para que riquezas e complexidades dos povos negros e indígenas sejam conhecidas e valorizadas por todos os estudantes, e para que as injustiças históricas cometidas contra africanos e seus descendentes, bem como o etnocídio, epistemicídio e o racismo contra indígenas, não sejam esquecidos. É fundamental reformular o currículo para transformar práticas e romper com a desigualdade. Lembremos do que diz o educador e filósofo brasileiro Paulo Freire (1921-1997): “*É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, em um dado momento, a tua fala seja a tua prática*”.

7. A promoção de uma Educação Antirracista requer a participação de todas as pessoas da comunidade escolar.

Há um ditado africano que diz: “*é preciso toda uma aldeia para educar uma criança*”. Portanto, toda a comunidade escolar – gestores, funcionários, educadores, estudantes e familiares – é corresponsável pela promoção de uma Educação Antirracista. Além disso, ações isoladas ou individuais não terão a potência e a qualidade necessárias para esse processo. É importante construir a escola como espaço de formação coletiva, conectada ao seu território e à identidade dos docentes, da comunidade escolar, das famílias e dos estudantes. Uma escola capaz de buscar soluções coletivas e personalizadas.

8. Para tratar institucionalmente os desafios em relação ao racismo na escola, é essencial que a gestão escolar adote medidas para o acolhimento e o encaminhamento pedagógico em caso de racismo, responsabilizando adequadamente os envolvidos.

Os gestores assumem um papel fundamental na luta antirracista na Educação ao definir protocolos e procedimentos para acolher as vítimas e responsabilizar os agentes que reproduzam o racismo no ambiente escolar. Protocolos e procedimentos precisam assumir a dimensão educativa para que as relações de convívio sejam restauradas e haja oportunidades de superação dos desafios. Além disso, faz parte da gestão escolar uma atuação ampliada que construa pontes entre a comunidade e a rede de ensino a fim de constituir uma rede antirracista.

9. Os esforços para a construção de uma política antirracista precisam repercutir e transformar a prática pedagógica cotidiana em sala de aula.

Propor uma Educação Antirracista é um compromisso de transformação social. É importante que todo o processo de constituição de uma política com esse foco possa envolver todos os atores da Educação: desde a alta gestão até toda a comunidade escolar. Sobretudo, é fundamental que as ações e políticas propostas encontrem na sala de aula seu lugar de realização. Por isso é tão importante que a proposta de uma ambiência étnico-racial para a diversidade passe por olhar para cada conteúdo e ver sob qual perspectiva ele pode ser abordado. Cabe se perguntar: essa abordagem reforça algum preconceito ou estereótipo, induzindo à discriminação?

10. É fundamental respeitar e promover a autonomia de professores e unidades de ensino.

Os docentes são quem melhor conhecem a comunidade escolar em que estão inseridos. Por isso, a autonomia é um caminho para construir soluções adequadas à realidade local para combater o racismo e garantir a equidade. Assim, cada estudante, visto em sua singularidade, poderá encontrar espaço para desenvolver todas as suas potencialidades.

As premissas acima foram construídas em conjunto por professores, instituições e a NOVA ESCOLA, dentro da iniciativa Escola de Respeito.



| Capítulo 3

Histórias indígenas e negras de Porto Velho

Município nasce cosmopolita no início do século 20, com a chegada de negros livres das Antilhas Inglesas e extermínio dos povos originários

Assim como ocorreu em outras regiões brasileiras, a formação e o fluxo migratório no estado de Rondônia e, em especial no município de Porto Velho, estão relacionados à **chegada dos colonizadores europeus**, ao **contato com os povos originários** e aos **ciclos econômicos** ali estabelecidos.

Ao contrário do que aconteceu na maior parte do país, em que prevaleceu a colonização portuguesa e o sistema escravocrata, **essa parte da região amazônica recebeu negros e negras livres das Antilhas Inglesas.**

Embora a extração de castanha-do-pará e de cassiterita tenha tido importância no contexto econômico local, o que moldou a história de Porto Velho foram a **exploração da borracha**, a **construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré** (entre 1907 e 1912) e a **chegada de imigrantes, sobretudo os afro-antilhanos.**

Atualmente, Rondônia é um **estado multicultural**, com a presença de comunidades tradicionais, ribeirinhos, populações indígenas (Gaviões, Mura, Suruí, Pacaánova ou Oro Wari, Cinta Larga, Karipuna, Kaxarari, entre outras), haitianos, remanescentes quilombolas,

Porto Velho (RO)

- Localizado na margem leste do Rio Madeira, região Norte do Brasil.
- Surgiu oficialmente como município do estado do Amazonas em 1914, ao se desmembrar do município cidade de Humaitá (AM).
- Torna-se capital do território federal do Guaporé (que incluía áreas do Amazonas e do Mato Grosso), em 1943; do território federal de Rondônia, em 1956; e do estado de Rondônia, em 1981.
- Tem 460.434 habitantes, sendo 9,4% pretos, 63,4% pardos e 0,6% indígenas, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022.

descendentes afro-antilhanos, nordestinos e sulistas.

Conheça a seguir, alguns dos principais marcos e aspectos da história indígena e negra no município de Porto Velho e no estado de Rondônia.

Povos originários em Rondônia

As sociedades originárias do atual estado de Rondônia são remanescentes de outras que, por milhares de anos, habitaram a região. “Elas foram dizimadas e extintas pela ação exploratória promovida pelo colonialismo português e, posteriormente, pelo Estado Brasileiro”, diz Maria Coimbra de Oliveira, professora da rede estadual de Rondônia, especialista em História Contemporânea e Arqueologia da Amazônia e mestre em História e Cultura.

Desde as primeiras incursões ao Noroeste do Mato Grosso até meados do século 20, protagonizadas pelas entradas e bandeiras [*expedições para explorar o interior do país*] ou por exploradores em busca de recursos vegetais e minerais, ocorreram três grandes ciclos de exploração – drogas do sertão, mineração e borracha – e, por fim, a colonização recente. “Em cada um deles, os indígenas foram perseguidos, capturados ou mortos, quer diretamente ou indiretamente, por meio da propagação de doenças que os dizimaram”, fala Maria Coimbra .

Ela explica que, em fins do século 19, as sociedades originárias do estado de Rondônia, além de reduzidas em número, estavam dispersas de seus territórios tradicionais. Elas compunham dois segmentos:

- populações antigas que já habitavam o local (região do rio Madeira, há cerca de 8 mil anos, e alto do rio Machado, entre 7 mil e 4 mil anos atrás);
- população mais recente, vinda do litoral e “empurrada” pelo colonizador europeu, a exemplo dos Urupás (no século 17 na foz do rio Tapajós e já no século 19 na região do alto/médio rio Ji-Paraná, onde seriam encontrados na primeira década do século 20 por marechal Cândido Rondon (1865-1958). Em 1932, já estavam extintos).

Babel silvícola

Na região de Ariquemes, o marechal Rondon fundou a Colônia Rodolpho de Miranda, apelidada de “Babel silvícola” pelo coronel Amílcar Botelho. O local reuniu vários grupos indígenas que haviam sofrido com a presença ou confronto com não indígenas, como os Arikemes, Jarus, Bôca-Negra, Kepi-kiri-uáts, com a intenção de ensinar a eles a agricultura dos ditos civilizados. “Esses grupos, abandonados à própria sorte, se dispersaram e se extinguíram, restando dos Arikemes apenas os Karitianas, atualmente na região de Porto Velho. Os Jarus e Kepi-kiri-uáts foram extintos”, diz Maria Coimbra.

Imigrantes afro-antilhanos e a formação da cidade

De acordo com a historiadora Cledenice Blackman, doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e autora da tese “A mulher afro-antilhana de Porto Velho e a sua anterioridade na educação”, no início do século 20, houve um trânsito intenso de imigração nacional e internacional à beira do Rio Madeira, o que incentivou o surgimento de Porto Velho, que já nasce cosmopolita”.

Imigraram muitos europeus, mas o maior contingente veio da América Central, especialmente de Granada e Barbados, duas ilhas antilhanas de colonização inglesa. O fluxo foi impulsionado pelo interesse estrangeiro pela produção da borracha da Amazônia e pelo fato de a ferrovia ter sido construída por grupos internacionais, inicialmente ingleses e, logo depois, estadunidenses.

Estigma e preconceito

Cledenice, que também é docente na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), explica ainda que embora os afro-antilhanos fossem pessoas livres e não escravizadas, eles são apresentados de forma estereotipada e reducionista pela historiografia oficial.

O uso do termo “barbadianos” de forma generalista dá a entender que eles seriam pessoas provenientes de um único país. Estudos e análises documentais comprovam que os afro-antilhanos eram imigrantes de diversas ilhas caribenhas de colonização inglesa (além de Barbados, também Trinidad e Tobago, Martinica, Granada, Jamaica, São Vicente, Guiana Inglesa, entre outras).

“Barbadianos’ desconsidera o caráter heterogêneo e multicultural das populações afro-antilhanas, desprezando a identidade étnica das diversas nacionalidades que as compõem.”

O preconceito também se manifestou em outras dimensões, como nos termos pejorativos usados para se referir a essa população, como moradores do bairro “Alto do Bode”, em alusão ao odor. “E também no apagamento do papel da mulher afro-antilhana na história educacional da cidade”, explica a professora Cledenice, descendente da quarta geração de imigrantes vindos de Barbados.

Das Antilhas Inglesas ao interior da Amazônia

Os imigrantes afro-antilhanos ingleses chegaram à região amazônica no fim do século 19, território do município de Porto Velho no início do século 20. Vinham em busca de melhores condições de vida, frente à falta de trabalho, alta densidade demográfica e a desastres ambientais nas ilhas onde viviam. Aportaram à beira do rio Madeira para trabalhar na construção da estrada de Ferro Madeira Mamoré e constituíram o bairro dos “barbadianos”, que ficou conhecido como “Barbadian Town”.

Barbadian Town

Formado em um área concedida pela própria ferrovia, o bairro foi uma expressiva comunidade multicultural que contribuiu para a criação do município e da base educacional da população.

“As criações artísticas e culturais da comunidade afro-antilhana, a arquitetura das casas em estilo caribenho (*chattel house*), as bases das religiões protestantes, o inglês e o dialeto bajan, tudo isso favoreceu a fundação educacional do município”, explica Cledenice.

De maneira informal, foi instituída uma escola bilíngue (ou trilingue, se considerado o dialeto bajan) que não aparece na historiografia oficial. Ela funcionou de 1910 a 1943 para os filhos e filhas dos imigrantes do Caribe e para quem já nascia em terras brasileiras. A Educação bilíngue tinha como função preservar a língua materna, o inglês, como elemento de identidade e resistência cultural.

Quilombo moderno

Considerado o reduto da imigração afro-antilhana, o bairro foi destruído por volta de 1943, quando foi criado o território federal de Guaporé, e a população negra teve de deixar o local, com a justificativa de urbanização da cidade. “O grupo estava em confronto com as autoridades da época, e isso foi uma maneira de destruir aquela potência cultural que ali estava sendo formada”, diz Cledenice.

“Entendo o Barbadian Town como um quilombo moderno, além do seu tempo. No início do século 20, em plena Amazônia, havia cinema, teatro, orquestra e mulheres que tocavam instrumentos musicais. Era uma comunidade alfabetizada, pretos letrados. Algo inédito para a época, uma forma de resistência da cultura negra.”

Na mesma época, os africanos escravizados que viviam na região antes da chegada dos afro-antilhanos habitavam o Vale do Guaporé. No contexto da construção da ferrovia, muitos se dirigiram para a floresta, para viver isoladamente ou foram aniquilados.

Contribuição da mulher afro-antilhana para a Educação de Porto Velho

A historiografia oficial confere o pioneirismo educacional em Porto Velho à professora paraense Marise Castiel, que chegou ao município no início de 1947, quase quatro anos após a instalação do território federal do Guaporé. “Embora devemos reconhecer o importante trabalho dela, tal atribuição contribui para a exclusão, o apagamento e a invisibilidade da antecedente presença negra na educação deste lugar amazônico”, diz Cledenice.

Nos registros históricos, observa-se certo silenciamento e estigmatização das mulheres afro-antilhanas, que são retratadas de forma negativa. Em geral, são descritas como “barbadianas”, “prostitutas” e “lavadeiras”.

“É imprescindível destacar a participação e a contribuição das mulheres afro-antilhanas na historiografia e no processo educacional não formal de Porto Velho, no início do 20. Mais precisamente no ano de 1910, portanto, anteriormente à figura da professora Marise Castiel”

Na fase inicial do surgimento do município, em 1910, Porto Velho tinha uma população de pouco mais de 300 pessoas. Cledenice fez a cartografia das mulheres que vieram das Antilhas Inglesas, com base em diversas fontes documentais e bibliográficas. Ela encontrou 30 nomes que não apareciam na História, dentre eles, o de duas mulheres imigrantes que contribuíram especificamente para a educação entre 1910 e a década de 1940, sendo uma delas professora de inglês.

Populações indígenas e luta por direitos básicos

Atualmente, Rondônia tem 23 terras indígenas (TI) em diferentes situações (regularizadas, homologadas, com termo de cessão ou em estudo) que reúnem uma população de aproximadamente 21 mil pessoas.

“Os povos indígenas ainda lutam por direitos básicos e pelas próprias terras, sempre em risco com as invasões de grileiros e fazendeiros, além de madeireiros e garimpeiros, deixando um rastro de mortes, destruição e doenças”, fala Maria Coimbra. “Além disso, existem muitos impactos ambientais com a construção de hidrelétricas no entorno das áreas indígenas, levando esses povos a se organizar por meio de manifestações, representações políticas, entre outras, para minimizar tais ações.”

Maria Coimbra explica que é de grande importância dar visibilidade à história indígena, mostrando o apagamento cultural desses povos, a crueldade com que foram desterritorializados e reterritorializados no decorrer da história e de como não estiveram livres da extinção. “As ações praticadas pelo Estado e pelos grandes capitalistas vão na contramão das próprias políticas públicas e legislações que deveriam protegê-los”.





| Capítulo 4

A Educação sob o recorte de raças e etnias

Conhecer os indicadores de desigualdades raciais como variáveis é fundamental para influenciar as políticas educacionais em Porto Velho

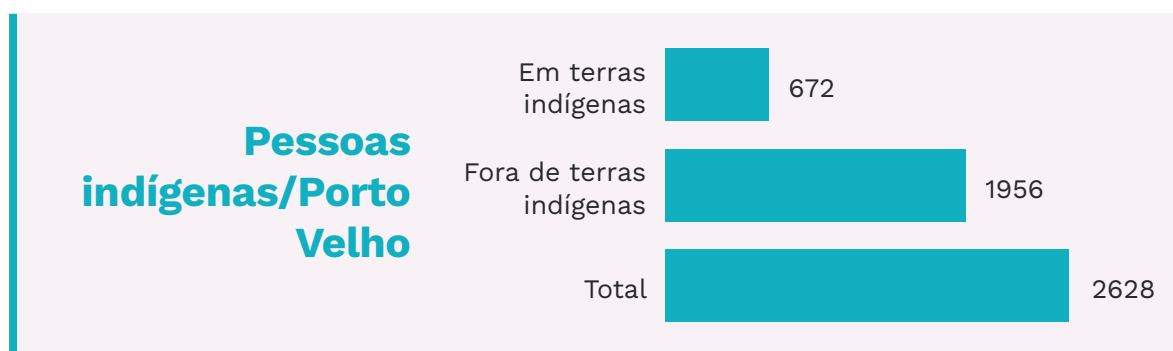
Atualmente, Porto Velho abriga quatro etnias indígenas em seus limites municipais, confira na tabela abaixo:

Panorama das terras indígenas em Porto Velho

Terra Indígena	Situação	Área (Em Hectares)	UF	Municípios	Povos	População
Karipuna	Regularizada	152.929,8599	RO	Nova Mamoré e Porto Velho	Karipuna	55 (Siasi/Sesai, 2014)
Karitiana	Regularizada	89.682,138	RO	Porto Velho	Karitiana	333 (Siasi/Sesai, 2014)
Kaxarari	Regularizada	145.889,9849	AM/RO	Lábrea/AM e Porto Velho/RO	Kaxarari	522 (Siasi/Sesai, 2020)
Área de Referência do Povo Cassupá e Salamã	Área com Termo de Cessão de Uso pela SPU	4,17	RO	Porto Velho – BR 364 km 5,5 saída para Cuiabá	Cassupá	149 (Siasi/Sesai, 2013)

Fonte: <http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/terrasindigenas/terras-indigenas>, com informações da Funai. A presente versão foi adaptada pela equipe da Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Porto Velho.

Embora os dados populacionais possam variar ao longo do tempo devido a migrações e outros fatores, atualmente é possível ter uma visão geral, com base nas informações disponíveis do censo demográfico de 2022, sobre habitantes de terras indígenas e fora delas. Observe a tabela abaixo:



Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Ano 2022. A presente versão foi adaptada pela equipe do Semed de Porto Velho.

Garantia de direitos

O acesso a serviços públicos essenciais, como Saúde e Educação, tem sido uma preocupação significativa para as populações indígenas em Porto Velho. Historicamente, essas comunidades enfrentam desafios significativos devido à distância e à falta de infraestrutura, o que dificulta seu o direito a ter cuidados médicos e educação de qualidade. O governo brasileiro tem implementado programas e políticas para melhorar o acesso a esses serviços. Ainda assim, os desafios persistem.

No que diz respeito à educação, especificamente, a taxa de escolaridade da população indígena de Porto Velho variou amplamente entre as diferentes comunidades e grupos étnicos. Ao longo dos anos, esforços foram feitos para expandir o acesso à Educação nas áreas indígenas, incluindo escolas bilíngues e interculturais que respeitam a cultura e língua dos povos indígenas. Outro feito foi a inclusão de estudantes indígenas em escolas não indígenas, buscando valorizar e respeitar a cultura desse povo.

Dados educacionais e recorte racial

O capítulo 3 apresenta a significativa contribuição dos afro-brasileiros, afrodescendentes e indígenas na construção da sociedade de Porto Velho. Para compreender as desigualdades sociais locais, é essencial contextualizar

os dados educacionais à luz da história, buscando entender como essas discrepâncias se manifestam nas salas de aula e escolas locais atualmente.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2022, revelam que 22,3% dos habitantes de Porto Velho se autodeclaram brancos, enquanto 68,6% se identificam pardos e 7,7%, pretos. Esse panorama demográfico influi diretamente no cenário educacional local, sendo moldado por variáveis socioeconômicas, culturais e históricas. Observe a tabela abaixo, que apresenta os dados do Brasil e de Porto Velho:

Variável - Percentual da população (%)	Trimestre - 3º trimestre 2023			
	Brasil e Município	Cor ou raça		
		Total	Branca	Preta
Brasil	100,00	42,7	10,3	45,8
Porto Velho (RO)	100,00	22,3	7,7	68,6

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Ao analisar os dados educacionais sob a ótica dos recortes raciais, é crucial reconhecer que as disparidades refletem não apenas diferenças individuais, como as desigualdades sistêmicas enraizadas na sociedade brasileira. Uma compreensão aprofundada desses fatores é essencial para implementar medidas eficazes de promoção da equidade no ambiente educacional de Porto Velho.

Como exemplo, podemos considerar que a Lei 14.113/2020, que regulamenta o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), representa um avanço significativo em termos legais na abordagem étnico-racial. Entre as várias vertentes da complementação da União, destaca-se o valor-aluno-ano-resultado (VAAR) cujas condicionalidades incluem a redução das desigualdades raciais. É importante ressaltar que o novo Fundeb apresenta melhorias substanciais, incluindo um aumento no valor de ponderação destinado à modalidade de educação escolar quilombola. Esse avanço não apenas

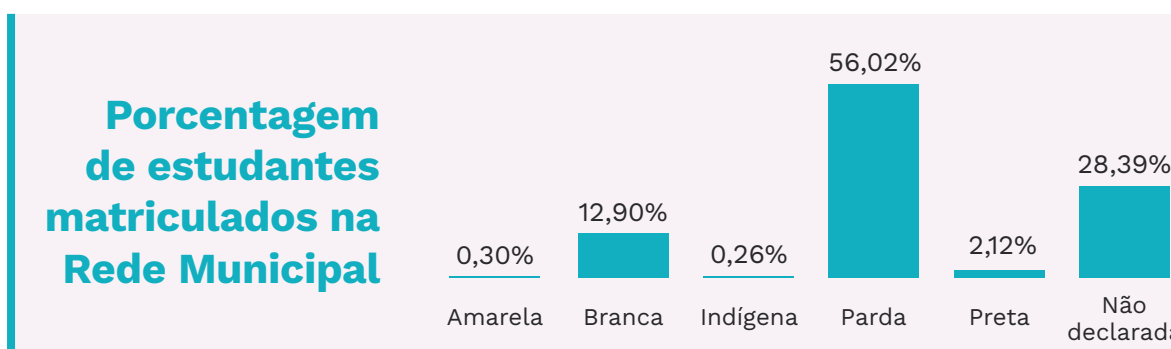
reconhece a importância de abordagens inclusivas e equitativas, como destaca o compromisso em promover a igualdade étnico-racial no contexto educacional brasileiro.

Em Porto Velho, pardos constituem a maior parte da população (68,6%, conforme a tabela anterior). Quando comparado o número de matrículas de estudantes brancos, negros e indígenas na rede local em relação ao total da população, essa proporção se mantém. A escola é um reflexo do que está posto na sociedade. Ainda assim, é necessário levar em consideração que um alto índice de pessoas não declaram a raça/cor (e isso pode ser reflexo da falta de políticas de letramento racial para os estudantes). Observe os dados apresentados na tabela e no gráfico, abaixo:

Estudantes matriculados na rede municipal de Porto Velho

	Total de matriculados				42782	
	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não declarada
Total de estudantes matriculados	128	5.520	110	23.968	909	12.147
(%) de estudantes matriculados por Cor/Raça/Etnia	0,30%	12,90%	0,26%	56,02%	2,12%	28,39%

Fonte: Semed Porto Velho.



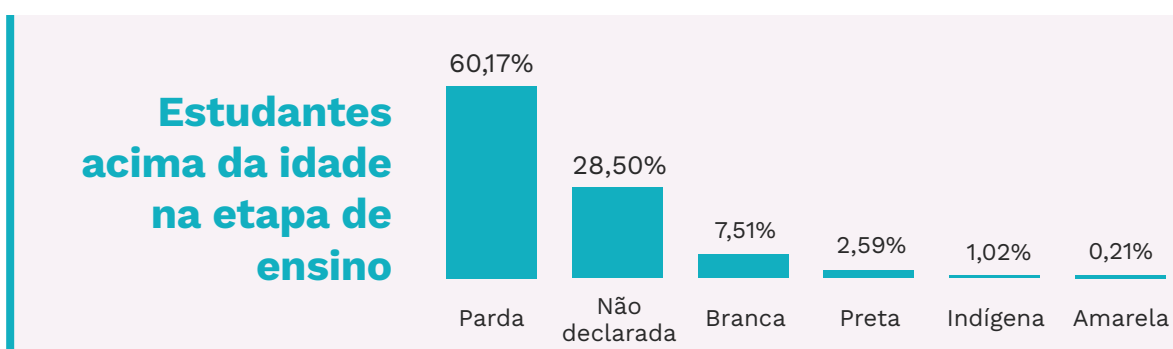
Fonte: Semed Porto Velho.

Em relação à permanência e/ou defasagem idade-série, um comparativo entre estudantes brancos, negros e indígenas na rede revela que os estudantes pardos são os que mais enfrentam desafios devido à defasagem escolar. É essencial analisar esses dados para compreender e enfrentar possíveis disparidades. A formulação de estratégias mais direcionadas é necessária para promover a equidade educacional. Observe os dados sobre o assunto na tabela e no gráfico, abaixo:

Defasagem - (idade X série) estudantes na rede municipal de Porto Velho

	Total de matriculados				3821	
	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não declarada
Total de estudantes	8	287	39	2.299	99	1.089
(%) de estudantes por Cor/Raça/Etnia	0,21%	7,51%	1,02%	60,17%	2,59%	28,50%

Fonte: Semed Porto Velho.



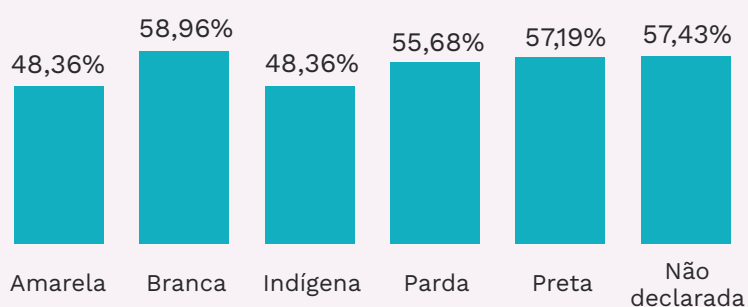
Fonte: Semed Porto Velho.

Quando o foco é a avaliação de proficiência, comparando estudantes brancos, negros e indígenas, observe os dados apresentados na tabela e no gráfico abaixo:

Nível de proficiência por cor/raça/etnia - estudantes na rede municipal de Porto Velho

	Total de alunos avaliados				20.011	
	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não declarada
Total de estudantes avaliados	53	2.324	44	10.658	338	6.594

Média de desempenho



Desempenho	Intervalo
Foco atenção	de 0% até 40%
Insuficiente	de 41% até 59%
Suficiente	de 60% até 75%
Adequado	de 76% até 89%
Avançado	de 90% até 100%

Fonte: Semed Porto Velho.

O nível de proficiência dos estudantes de Porto Velho por raça/cor está no desempenho insuficiente. Esse índice é ainda mais significativo quando são analisados os níveis de desempenho de pardos e indígenas (55,68% e 48,36%, respectivamente).

Como revelam os dados apresentados, o caminho para buscar mais qualidade para a educação oferecida requer, essencialmente, reconhecer demandas e particularidades no processo de aprendizagem de estudantes negros, indígenas e quilombolas.



| Capítulo 5

Práticas antirracistas na escola

Como abrir caminhos para incorporá-las no cotidiano lançando mão da consciência negra e dos marcadores raciais

A prática de ações antirracistas na Educação não é uma tarefa exclusiva dos professores e deve envolver toda a comunidade escolar. Segundo Rosa Margarida, especialista em Estudos Africanos e Afro Brasileiros e mestre em Educação, cada secretaria de Educação, núcleo e grupo de trabalho encarregado de fazer valer a legislação para a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e elaborar o próprio plano de ação, atentando-se para as especificidades locais.

Nesse sentido, é fundamental, antes de pensar no planejamento, entender quais são as especificidades e quem, de fato, integra a comunidade escolar. Reconhecer o território e a cultura local ajuda a identificar pontos que podem e devem ser valorizados nas ações pedagógicas. Por outro lado, entender como a comunidade se autorreconhece é um dos principais pontos para traçar um plano que vise a equidade.

Consciência negra e a autodeclaração

No final de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o projeto de lei que tornou o Dia Nacional da Consciência Negra feriado em todo o Brasil. Por que essa data é tão emblemática para a luta antirracista no nosso país?

É possível imaginar que o dia mais emblemático para a população negra brasileira seria o dia 13 de maio, que marca a abolição oficial da escravatura no Brasil com a assinatura da Lei Áurea. Entretanto, esse feito não foi acompanhado por políticas públicas de inclusão e reparação para essa população, mantendo o povo negro às margens da sociedade e reforçando barreiras que impediram, por décadas, qualquer possibilidade de mobilidade social e cidadania. Por conta disso, o

Movimento Negro brasileiro escolheu 20 de novembro para marcar o dia nacional da Consciência Negra. A data simboliza a morte de Zumbi dos Palmares (1655-1695), personagem símbolo da resistência negra contra a escravidão, e também o protagonismo da população negra na construção da própria história.

Para o ativista sul africano Steve Biko, o conceito de consciência negra, que embasa a escolha do movimento negro brasileiro, é fundamental para a superação do racismo. Pela tomada de consciência, a população negra pode compreender como o racismo se manifesta nas suas vivências e, ao mesmo tempo, construir um sentimento de pertencimento a partir da valorização da sua identidade, ancestralidade e história.

Assim, fica claro que a consciência étnico-racial é fundamental para a desnaturalização do racismo, que tem por princípio a hierarquização de raças com base em fenótipos e estereótipos. Essa consciência permite recriar o que professora universitária Bárbara Carine chama, no livro *Como Ser Um Educador Antirracista*, de cosmopercepção sobre os povos. Se o racismo fomentou a construção de uma cosmopercepção inferiorizada sobre as populações negras e indígenas, é possível subvertê-la a partir de uma cosmopercepção decolonial, que rompe com o imaginário social construído a partir das práticas coloniais e valoriza as identidades, os protagonismos e as vivências dessas populações.

Como reforça Steve Biko, o conceito de consciência negra também permite compreender as condições de opressão impostas pelo racismo. Compreender como o racismo atravessa as vidas negras e as indígenas é fundamental para que essas populações reconheçam as barreiras que lhes são impostas e reivindiquem políticas de reparação.

Para que um sujeito possa tomar a consciência racial, o primeiro passo é se reconhecer racializado, ou seja, pertencente a uma raça. Entretanto, esse reconhecimento pode ser contaminado pelo racismo, uma vez que ele constrói cosmopercepções deturpadas sobre as raças, beneficiando os brancos e

inferiorizando os não-brancos. Por isso, na esteira do autorreconhecimento racial, também deve estar a valorização da história, da estética e da cultura afro-brasileira e indígena.

Dados os esforços governamentais e da sociedade civil nas últimas décadas, esse movimento conjunto tem gerado bons resultados. O Censo Populacional de 2022, por exemplo, revelou que, pela primeira vez na história, a maior parte da população brasileira se autodeclara negra (pretos e pardos). Especificamente, o percentual da população que se autodeclara preta subiu 42,3% comparado ao Censo de 2010.

Essa maior correspondência à realidade racial da sociedade brasileira permite que as instituições cruzem dados que revelam as desigualdades impostas pelo racismo. Na educação, por exemplo, já é possível saber que:

- Estudantes negros concluem o Ensino Fundamental e o Ensino Médio com níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática inferiores aos de estudantes brancos (SAEB/MEC).
- A taxa de distorção idade-série é maior entre estudantes negros do que entre estudantes brancos (Inep 2012-2019).
- Estudantes negros correspondem a 71,7% dos jovens que abandonam a escola no Brasil (PNAD 2019).
- Em média, jovens negros estudam 2 anos a menos do que jovens brancos (PNAD 2019).

Reconhecendo as desigualdades por marcadores raciais, é possível traçar estratégias de equidade para repará-las, como políticas de ações afirmativas, de acesso e de permanência em espaços historicamente negados às populações afetadas pelo racismo.

Na escola pública, em particular, é fundamental que exista compreensão de como o público atendido se autodeclara racialmente. Isso ajuda os educadores a traçar estratégias de educação antirracista, considerando a realidade escolar, do território onde ela se encontra e dos resultados revelados pelas avaliações internas

e externas. Ou seja, observar se existe desigualdade racial na aprendizagem, na representação do território e na constituição dos cargos da escola só é possível for realizada a coleta de dados de autodeclaração.

Apoiar o processo de autodeclaração dos membros da comunidade escolar é um passo extremamente importante para o combate ao racismo. Esse apoio pode ocorrer pela valorização da cultura, estética, ciência e história afro-brasileira e indígena; pela sensibilização da comunidade sobre a importância da autodeclaração e pelo aprofundamento das discussões sobre racialidade:

- **AMARELOS:** brasileiros com a cor de pele clara e traços fenotípicos de descendência asiática.
- **BRANCOS:** brasileiros com a cor de pele clara e traços fenotípicos de descendência europeia.
- **PRETOS:** brasileiros com a cor de pele escura e mais retinta, com traços fenotípicos de descendência africana.
- **INDÍGENAS:** brasileiros com a cor de pele escura e menos retinta, com traços fenotípicos de descendência indígena de diversas etnias,.
- **PARDOS:** brasileiros com a cor de pele escura e menos retinta, com traços fenotípicos miscigenados com predomínio africano e/ou indígena.

Vale ressaltar que os negros são a soma de pretos e pardos. Fenótipos são as características externas e morfológicas de um indivíduo - ou seja, a altura, o cabelo, a cor da pele, a cor dos olhos e o formato do nariz são exemplos de traços fenotípicos.

Por fim, é importante reforçar que o racismo se pauta na hierarquização de raças humanas que se constituem a partir dos critérios fenotípicos apresentados acima. Como a teoria racista foi criada na perspectiva europeia e no contexto de colonização (dominação de povos europeus sobre povos americanos e africanos), na escala hierárquica do racismo a população branca se constituiu como supremacista. Isso fez com que seus traços fenotípicos, suas crenças, sua cultura e seus valores também se constituíssem como superiores e prevalescessem sobre os

mesmos aspectos das populações africanas e originárias do continente americano. Esse processo transformou o branco e sua cultura na norma e tratou como exótico qualquer saber, estética ou cultura de outros povos.

Por isso é imprescindível trabalhar a autodeclaração e racialização da comunidade escolar branca, especificamente. A população branca precisa reconhecer que seus traços fenotípicos e sua ancestralidade são parte de uma diversidade étnico-racial. Ser branco não é regra, nem padrão. É importante também que a população branca reconheça que o racismo estrutura a sociedade brasileira e concede aos brancos uma série de privilégios e oportunidades. Ao racializar o branco, passa a ser possível construir uma cosmo percepção sobre os povos a partir de uma perspectiva pluriétnica e diversa. Além de apoiar a construção de uma consciência crítica em relação ao racismo e a distribuição de privilégios e barreiras.

Plano de ação

Para a especialista Rosa Margarida, a elaboração de um plano de ação tem de seguir algumas etapas:

Etapa 1- Sensibilização e responsabilização

As pessoas só criam empatia com o tema quando o conhecem em profundidade e o assumem com responsabilidade. Não se alcança a consolidação das leis sem um plano de ação, sem pensar didática e pedagogicamente. E a formação para que o plano saia do papel precisa acontecer no chão da escola. O ideal é a gestão escolar promover debate de princípios, referenciais e pressupostos que ajudem a construir protocolos e o próprio plano, envolvendo a todos.

Etapa 2 - Momento do diagnóstico

A escola precisa fazer uma análise e elencar o que fez e o que deixou de fazer em relação a questões étnico-raciais nas várias dimensões em que atua. Para tanto, é

importante estar atento e trabalhar para melhorar sempre a qualidade dos dados que a instituição tem de sua comunidade, como as autodeclarações. Depois, a atuação deve ser pensada nas seguintes áreas:

- **TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL:** verifique se os conteúdos e temáticas relacionados ao ensino das histórias e culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras são tratados em todos os níveis e modalidades de ensino. As referências históricas, artísticas, culturais, linguísticas, geográficas e científicas dos povos negros e indígenas transversalizam conteúdos escolares trabalhados cotidianamente nas diversas disciplinas?

É importante ainda identificar se são trabalhados valores, conceitos, atitudes, procedimentos e habilidades que estimulem os estudantes a desenvolver personalidades abertas ao respeito às diferenças e contrárias ao racismo, ao preconceito e às discriminações. Além disso, os conhecimentos sobre a temática étnico-racial são acolhidos como elementos curriculares e tratados em diálogo com os outros conhecimentos que já estão consolidados há mais tempo nos documentos oficiais?

- **MATERIAL DE APOIO:** é preciso notar se existem, no acervo escolar, variados materiais didáticos, livros, brinquedos e vídeos que contemplem as questões raciais e os conteúdos da história da África, dos afro-brasileiros e dos indígenas. Além disso, é necessário analisar se esses materiais estão disponíveis para uso dos estudantes e educadores, se são adequados e atualizados. É fundamental também verificar se as diversidades socioculturais e étnico-raciais brasileiras são representadas em brinquedos, vídeos, filmes e imagens positivas nos cartazes, murais, painéis e produções gráficas pedagógicas da rotina escolar.
- **DIÁLOGO COM FAMÍLIAS E COMUNIDADES:** garanta que as famílias e toda comunidade escolar participem das ações de implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e se envolvam nas atividades relacionadas à valorização das histórias e culturas negras e indígenas. E a escola? Procura conhecer e respeitar a cultura da comunidade em que trabalha, usando essa cultura como instrumento pedagógico?

- **RELAÇÃO DENTRO DA ESCOLA:** verifique se os educadores têm condições de fazer uma mediação pedagógica fundamentada nos momentos em que os estudantes passam por situações vexatórias de discriminação ou racismo no ambiente escolar e se existe uma proposta de trabalho pedagógico para diminuir o uso de apelidos depreciativos para negros, indígenas e outros grupos socialmente discriminados/estigmatizados.

Há estratégias pedagogicamente estabelecidas para o acolhimento tanto dos estudantes discriminados como dos discriminadores? A gestão se compromete em criar um clima de valorização da diversidade e respeito às diferenças no ambiente escolar e na comunidade de atuação? Há diversidade e respeito nas relações com funcionários das escolas?

- **AÇÕES PEDAGÓGICAS E DE GESTÃO:** é fundamental avaliar se o trabalho pedagógico com as leis 10.639 e 11.645 está incorporado no Projeto Político Pedagógico (PPP); se o trabalho com as questões étnico-raciais está pautado no plano anual da escola e se a gestão escolar está comprometida com a construção de uma cultura escolar aberta à valorização positiva da diversidade como direito. Além disso, a gestão investe na formação docente continuada? Há um protocolo, construído coletivamente com a comunidade escolar, que define institucionalmente os procedimentos a serem adotados na ocorrência de situações discriminatórias e racistas?

Etapa 3 - Problematização e operacionalização

É hora de analisar os dados do diagnóstico e responder: “qual a situação dessa instituição quanto à ERER?” Após identificá-la, é preciso procurar entender o que fazer, como fazer e quem vai fazer.

Etapa 4 - Monitoramento e avaliação

Os dois servem para acompanhar o andamento das iniciativas e ajustá-las sempre que necessário, redimensionando o caminho, medindo resultados, corrigindo rumos, aperfeiçoando ações e avaliando erros e acertos.



| Capítulo 6

Como se organizar para propor atividades antirracistas em sala de aula

Confira seis sugestões de práticas de educadores para falar sobre as culturas negras e dos povos originários e refletir sobre relações étnico-raciais

Antes de iniciar um planejamento, é fundamental delimitar os propósitos pedagógicos da situação de aprendizagem proposta e a possibilidade de cuidar das relações raciais naquela ocasião. O educador deve se perguntar se é uma oportunidade de apresentar um novo olhar ao continente africano e às culturas indígenas, uma possibilidade de conexão ancestral ou de aproximação honesta com as culturas negras e dos povos originários, se é momento de tratar de representatividade ou ainda de propor debate sobre os impactos do racismo e as diferentes formas de se engajar nessa luta coletiva.

Para iluminar as reflexões, as propostas de atividades práticas abaixo apresentam diferentes objetivos de aprendizagem sobre relações étnico-raciais.

Sequências de atividades

1. Roda de leitura contra situações de racismo

A proposta é uma potente ferramenta que Clarissa Brito, professora, pedagoga com especialização em Educação Infantil e autora do livro *O Enegrecer Psicopedagógico: um mergulho ancestral* (Jandaíra), apresenta para tratar das situações de racismo que acontecem no cotidiano e que necessitam de ferramentas para agir e pensar reparação.

A primeira etapa é a leitura da obra *Black Power de Akin* (Editora de Cultura), de Kiusam de Oliveira. A história gira em torno de Akin, jovem negro de 12 anos, que cobre a cabeça com um boné para ir à escola. Ele esconde que tem vergonha do seu cabelo, motivo de chacota dos colegas. Seu avô, com a força das histórias da ancestralidade, leva o neto a recuperar a autoestima.

Após a leitura da obra, é hora de abrir diálogo sobre o ocorrido na história, as atitudes dos personagens e, em vez de direcionar o foco para Akin e sua dor, dialogar sobre as crianças que representam os agressores. Ouça o que o grupo pensa sobre a situação e questione o que faria se estivesse na brincadeira de Akin e seus colegas.

O passo seguinte é a ampliação da consciência racial. Apresente para os estudantes diferentes notícias de situações de racismo, chamando atenção para o desdobramento dos casos. Para sistematizar, em pequenos grupos, a turma deve criar cartazes para comunidade, como estratégia de prevenção de situação de racismo no ambiente escolar.

Em grupos ainda menores, encerre a proposta conversando sobre os personagens, ou propondo uma pesquisa sobre as personalidades que aparecem no final do livro, sugerindo a elaboração de um grande painel de pessoas pretas importantes para a história de nosso país.

Se os estudantes forem adolescentes, vale incluir a análise sobre a lei de racismo, injúria racial e, em seguida, propor a elaboração de um manifesto.

2. Representatividade e leitura de mundo

Para tratar o gênero textual biografia, a professora Clarissa Brito afirma que é possível apresentar aos alunos os títulos da coleção *Mostarda* (Editora Mostarda) e propor que os estudantes pesquisem, por afinidade, um pouco mais sobre a vida dessas personalidades, além de coletar imagens e fotografias dessas pessoas.

No momento de análise de imagens, provoque o grupo a pensar sobre as diferentes tonalidades de pele negra. Para compor a discussão, faça uma pesquisa sobre a presença de melanina no corpo. Essa atividade é fundamental para iniciação científica: pesquisar, comparar e construir argumentos com referenciais. A investigação é etapa estruturante na luta contra o racismo, pois a informação reconstrói o imaginário. Depois dessa reflexão, proponha que a turma produza retratos realizando mistura de tons para chegar na cor das personalidades estudadas. Se o grupo de estudantes for adolescente, é possível propor uma discussão mais profunda sobre o conceito de colorismo e como somos impactados socialmente por questões sobre ele, levantando, inclusive, dados sobre a presença negra na mídia.

3. Resignificar o olhar

A proposta representa uma estratégia para construção da autoestima de crianças negras e possibilita que crianças não negras encontrem referências negras em posições não cristalizadas. Para grupos de Educação Infantil ou dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, é interessante propor um levantamento de invenções importantes para a vida em comunidade e, nesse contexto, também apresentar inventores negros. Assim, afirma a professora Clarissa Brito, é indicado iniciar o trabalho apresentando diversas invenções, dialogando sobre o impacto delas na vida em comunidade.

Em seguida, é possível perguntar se a turma já refletiu sobre a importância, por exemplo, do sinal de trânsito e como seria nossa vida sem esse recurso urbano. O educador pode fazer um registro com os apontamentos das crianças ou, se a turma já estiver alfabetizada, pode produzir textos explicando como funciona o semáforo e seu papel na cidade. Depois, apresente para os alunos o inventor desse recurso, o afro-americano Garrett Morgan (1863-1877), homem negro, que também inventou um tipo de capa de proteção respiratória e a preparação do alisamento de cabelo. É famoso ainda por ter salvo vários trabalhadores presos em um sistema de túneis em uma caverna cheia de fumaça.

4. Jogo da memória e grafismo dos povos originários

O livro *Viagem ao mundo indígena*, da Coleção Pawana (Berlendis e Vertecchia Editores), de Luís Donisete Benzi Grupioni, reúne histórias sobre a vida cotidiana dos indígenas de diferentes etnias. Um dos textos, *A arte de pintar*, conta como a pintura corporal faz parte da rotina das mulheres Xikrin, no sul do Pará. Com base no texto, explore os grafismos presentes nessas pinturas. Essa é uma sugestão de prática da professora Selene Coletti, que já foi uma das vencedoras do Prêmio Educador Nota 10 e é vice-diretora da EMEB Philomena Zupardo, em Itatiba (SP), além de ser também colunista da **NOVA ESCOLA**.

Os grafismos são linhas que compõem padrões geométricos e simétricos usados tanto na pintura corporal como na cerâmica e na cestaria e têm inspiração na natureza, aparecendo em diferentes linhas (retas, paralelas, curvas e perpendiculares, formando diferentes desenhos e formas (triângulos, retângulos, quadrados etc).

Cada grupo possui o próprio grafismo. Então, vale explorá-los, apresentando algumas imagens para que a turma perceba a variedade de formas e significados, valorizando a cultura e os saberes de cada povo.

Após essa discussão, os alunos podem montar um jogo da memória. Para isso, devem reproduzir os grafismos em pares em uma cartolina e, depois, recortá-los, produzindo as cartas. Grupos do 1º ano do Ensino Fundamental provavelmente terão como desafio, por exemplo, organizar as peças em linhas e colunas, para facilitar a localização dos pares. Observe como jogam e, depois, faça algumas perguntas referentes às cartas ou mesmo às jogadas para os estudantes, como:

- Ao final do jogo, Pedro tinha 12 pares e, seu colega, dez. Quantas cartas os dois tinham ao final? Como você fez para descobrir isso?
- João tinha 18 pares de cartas e seu colega tinha 14 cartas. Quantas cartas João tinha a mais (ou a menos) que seu colega?
- Ana estava jogando com Luís. Ela tinha dez pares, enquanto Luís tinha 14.
- Quantos pares Ana precisa ter para passar à frente de Luís?

5. Troca de experiências com aldeias indígenas

Na Educação Infantil, a professora Paula Sestari, colunista da **NOVA ESCOLA** e que já foi eleita Educadora do Ano no Prêmio Educador Nota 10, sugere começar o trabalho questionando-se sobre aldeias indígenas próximas à escola.

A partir daí, é possível promover uma interação das crianças com a comunidade, reforçando a possibilidade de conhecer indígenas como eles de fato são atualmente, com respeito às tradições e ao modo como se organizam, sem estereótipos.

Também é possível fazer contato remoto com uma comunidade indígena, trocando correspondências ou fazendo chamadas de vídeo - lembre-se de que há comunidades que têm rede de internet e escolas com comunicação digital.

Outra possibilidade é organizar uma caixa dos tesouros, para que cada grupo possa compartilhar objetos interessantes do dia a dia em sua localidade e, então, trocá-los entre si enviando-os pelo correio, mostrando diferenças, ressaltando o respeito e a valorização das culturas.

6. Estratégias de contagem e sistema de representação

Nos Anos Finais, em especial nas turmas de 6º ano, é comum a ênfase no trabalho com processos de contagem e representação dos números.

Ele pode ser aliado à valorização da diversidade cultural, ao propor um estudo para a turma um comparativo da representação numérica e de métodos de contagem dos povos de diferentes etnias em relação ao sistema de numeração com algarismos indo-árabicos e a base dez.

Rosiane Prates, colunista da **NOVA ESCOLA** e participante da 4ª edição do Programa Mulheres na Ciência e Inovação, cita como uma

possibilidade explorar o sistema de contagem dos povos Guarani, cuja principal base de contagem é o número cinco. Nesse caso, o caule da mandioca é considerado como símbolo, pois tem caroços que formam grupos de cinco e cria figura semelhante a um segmento de reta. Para os quatro símbolos anteriores ao cinco, é considerado cada caroço, que originalmente é desenhado em pequenas circunferências, alinhadas ou não. Comparando com o sistema de numeração decimal, podemos pensar em um caroço equivalente a uma unidade, dois caroços equivalente a duas unidades, e assim por diante até quatro unidades. Ao chegar em cinco caroços, temos a principal base de contagem desse método (cinco).

Para engajar a criançada, experimente lançar mão de materiais manipuláveis. A professora Rosiane usou palitos de fósforo para representar o caule de mandioca, que equivale a cinco, e caroços de feijão para realizar a contagem até quatro.

Fazendo assim, é possível trabalhar atividades em que os alunos utilizem esses elementos para identificar e representar quantidades relacionando a contagem do nosso sistema de numeração com o sistema de contagem dos Guarani. Mostrar essa diversidade na forma de contar, com diferentes bases numéricas, evidencia que o desenvolvimento da Matemática não foi linear e nem exclusivo dos colonizadores.

Planos de aula

Após conhecer as experiências práticas de educadores com a temática antirracista, confira alguns planos de aula já publicados em **NOVA ESCOLA** que podem servir de inspiração ou serem adaptados para a realidade de turmas e localidades distintas:

Anos Iniciais

- **Identidade e respeito às diferenças**

Reconhecer características pessoais (físicas e culturais) com valorização das semelhanças e diferenças, promovendo atitudes de respeito às individualidades.

- **Comunidades indígenas brasileiras através do tempo: mudanças e permanências**

A ação das pessoas, grupos sociais e comunidades no tempo e no espaço: nomadismo, agricultura, escrita, navegação, entre outros.

- **Atividade com o gênero conto popular afro-brasileiro**

Conhecer o gênero conto popular afro-brasileiro, identificando a função social, o campo em que circula, quem o produz e para quem produz.

- **Povos Indígenas - a tradição das rodas**

Conhecer costumes e tradições dos povos indígenas.

- **Tipos de discurso e pontuação nos contos afro-brasileiros**

Reconhecer a diferença entre o discurso direto e indireto e a mudança de sentido proveniente do seu uso.

- **Jogo de origem indígena**

Amplie repertório com a brincadeira da onça, jogo originário de uma comunidade indígena brasileira, os Panará, conhecidos como gigantes.

Anos Finais

- **Os Farrapos e o Massacre de Porongos (1844) - Racismo institucional brasileiro**

O período regencial, a contestação ao poder central e o racismo institucional.

- **Discurso de ódio e racismo nas redes sociais**

Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

- **Os povos indígenas na formação do território brasileiro**

Analisar a imagem estereotipada dos povos indígenas na formação territorial brasileira.

- **Quilombos no Brasil: histórias de resistências através do tempo**

Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.

- **Ditadura Civil-Militar e o Movimento Negro**

A ditadura militar e os processos de resistência. As questões indígena e negra durante esse período.

- **A inserção dos povos indígenas na construção de seus direitos**

As pautas dos povos indígenas no século 21 e suas formas de inserção nos debates local, regional, nacional e internacional.



Para saber mais Confira referências bibliográficas para aprofundar seus estudos sobre questões históricas e antirracistas e trabalhar em sala de aula

Livros

- **A Ferrovia do Diabo**, Manoel Dias Ferreira, Melhoramentos.
- **Trem-Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**, Francisco Foot Hartman, Companhia das Letras.
- **Tecelagem: uma História Ilustrada**, Goya Lopes, Solisluna Design Editora.
- **De grão em grão**, o sucesso vem na mão, Katie Smith Milway, Melhoramentos.
- **Contos e Músicas da África**, Souleymane Mbodj, Viajante do Tempo.
- **A semente que veio da África**, Heloísa Pires Lima, Salamandra.
- **A história preta das coisas**, Bárbara Carine, Editora Livraria da Física.
- **O Pequeno Príncipe Preto**, Rodrigo França, Nova Fronteira.
- **Sinto o que sinto e a incrível história de Asta e Jaser**, Lázaro Ramos, Carochinha Editora.
- **Igbo e as princesas**, Marcos Cajé, Ereginga Educação.
- **A ialorixá e o pajé**, Mãe Stella de Oxóssi, Solisluna.
- **A Galinha Conquém**, Vanda Machado, Malê.
- **Obá Nijo**, Narcimária do Patrocínio Luz, Pallas.
- **O Dragão do mar**, Sônia Rosa, Pallas Mini.
- **Lembranças africanas**, Sonia Rosa, Pallas.
- **Aqui no morro**, tem princesa sim!, Simone Botelho, Albatroz.
- **Nós de axé**, Janaina Figueiredo, Aletria.
- **Marcos queria dormir**, Gabriela Keselman, Companhia das Letras.
- **Com qual penteado eu vou?**, Kiusam de Oliveira, Melhoramentos.
- **Tá na hora do papá**, Aline Padovani, Conto com Você.
- **Enquanto o almoço não fica pronto**, Sonia Rosa, Escrita Fina.
- **O menino Nito**, Sonia Rosa, Pallas.
- **Histórias do Tio Jimbo**, Nei Lopes, Mazza.
- **Racismo estrutural**, Silvio Almeida, Jandaíra.
- **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**, Kabengele Munanga, Autêntica.
- **O genocídio do negro brasileiro**, Abdias Nascimento, Perspectiva.
- **O movimento negro educador**, Nilma Lino Gomes, Vozes.
- **Pele Negra máscara branca**, Frantz Fanon, Ubu.
- **Lugar de fala**, Djamila Ribeiro, Jandaíra.
- **Memória D'África: Temática Africana em sala de aula**, Carlos Serrano, Cortez.
- **História da África e do Brasil afrodescendente**, Ynaê Lopes, Pallas.
- **Um defeito de cor**, Ana Maria Gonçalves, Record.
- **Tabuleiro da baiana**, Sonia Rosa, Pallas.
- **Pequeno Manual Antirracista**, Djamila Ribeiro, Companhia das Letras.
- **Bia na África**, Ricardo Dreguer, Moderna.
- **O enegrecer psicopedagógico**, Clarissa Brito, Jandaíra.
- **O perigo de uma história única**, Chimamanda Ngozi Adichie, Companhia das Letras.
- **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**, Gersem José dos Santos Luciano Baniwa, SECAD/

MEC/ Unesco/ Laced/ Museu Nacional.

• **Indagações sobre o currículo: diversidade e currículo**, Nilma Lino Gomes (org.), MEC/ SEB.

• **Povos indígenas no Brasil 2017-2022**, Instituto Socioambiental (ISA).

• **Histórias e culturas indígenas na Educação Básica**, Giovani José da Silva e Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa, Autêntica.

• **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**, Davi Kopenawa e Bruce Albert, Companhia das Letras.

• **Ideias para adiar o fim do mundo**, Ailton Krenak, Companhia das Letras.

• **A presença indígena na formação do Brasil**, João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire, Laced/ Museu Nacional.

Internet

• **Site Terras indígenas no Brasil**

<https://terrasindigenas.org.br/>
Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

• **Artigo Epistemicídio**

<https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>
Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

• **Perfil @descolonizandosaberes_**

https://www.instagram.com/descolonizando_saberes
Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

• **Vídeo África e os africanos antes dos europeus**

<https://www.youtube.com/watch?v=zob9Bez45ig>
Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

• **Vídeo Nova África**

<https://www.youtube.com/watch?v=0Mal2nGLink>
Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

• **Vídeo Década Internacional de Afrodescendente**

https://www.youtube.com/watch?v=gSej12eOxlQ&feature=emb_logo
Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

• **Vídeo Nossa Cultura**

https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=4OVTDXhpImQ&feature=emb_logo
Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

• **Vídeo Índios no Brasil**

[watch?v=SAM7IazyQc4&list=PLzJYClc4Q264rNIKx_Z_JAPPbAJpIM8oB](https://www.youtube.com/watch?v=SAM7IazyQc4&list=PLzJYClc4Q264rNIKx_Z_JAPPbAJpIM8oB)
Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

• **Artigo Karipuna de Rondônia**,

https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karipuna_de_Rond%C3%B4nia
Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

• **E-book Porto Velho - Urbanização e desafios para uma cidade centenária**

https://edufro.unir.br/uploads/08899242/ebooks/ebook_porto_velho,_urbanizacao_e_desafios_para_uma_cidade_centenaria_17.10.16.pdf
Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

• **Notícia Porto Velho abriga quatro etnias indígenas em seus limites municipais**

<https://smd.portovelho.ro.gov.br/artigo/31754/porto-velho-abriga-quatro-etnias-indigenas-em-seus-limites-municipais>
Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

• **Artigo Epistemicídio**

<https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>
Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

Filme

• **Vista minha pele**, direção Joel Zito Araújo, 24 min.

Trabalho acadêmico

• **Trilhando memórias: reflexões acerca das identidades dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré**, Carolina Pena de Alencar, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Carolina%20Pena%20de%20Alencar.pdf>

Créditos

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO VELHO

Secretária

Gláucia Lopes Negreiros

GRUPO DE TRABALHO EM EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Julienne Rezende Oliveira

Suelen Oliveira Augustinho

Lina Aparecida Cunha Margonar de Amorim

Jaqueline Gomes da Costa

Fernanda Oliveira de Souza Simões

Ketila Batista da Silva Teixeira

Tâmara Vasconcellos de Azevedo Kasper

Maria do Carmo Pimenta

Jane Lucia Ferreira de Souza Silva

Andréa Costa de Oliveira Rodrigues

Maria Luiza Coelho Trindade

Luciana Ferreira de Oliveira

INSTITUTO GESTO

Everton Reichert Farias

Ully Sant' Anna Ribeiro

Andrea Santos Cabral

Gisele Viola Machado

Mariana Campos Pereira

ASSOCIAÇÃO NOVA ESCOLA

Clarissa Brito

Giovani José da Silva

Lisandra Matias

Tatiane Calixto

Lohan Ventura

Edição

Bia Vichessi

Revisão

Ligia Evangelista

Arte e Diagramação

Leandro Faustino e Cris Pino

Nova escola

formações

INSTITUTO
gesto

